

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RELAT-GDJC - 82011**

**Código de validação: CAC0170B6A**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO GERAL ORDINÁRIA - 2011**

**Órgão:** 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, com endereço à Rua Basílio Simão, s/n, Centro – Fórum Desembargador Raimundo Públio Bandeira de Melo, Itapecuru-Mirim/MA.

**Jurisdição do Órgão:** Itapecuru-Mirim/MA.

**Período Correcional:** 16 e 17 de março de 2011.

A equipe correcional, composta pela Excelentíssima Senhora Ariane Mendes Castro Pinheiro, Juíza Auxiliar da Corregedoria, e pelas Assessoras Fátima Andresa de Brito Mascarenhas e Cinthya Pinheiro Pereira Rudder, compareceu às 14:00 horas do dia 16 de agosto de 2010 e às 08:00 horas do dia 17 de março de 2011, à sede da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, onde foi recebida pelo Excelentíssimo Senhor Rodrigo Otávio Terças Santos, Juiz de Direito Substituto, respondendo pela unidade, e pelos demais servidores presentes. Iniciados os trabalhos, foi determinada a colheita de informações em formulário próprio e o exame dos processos e livros selecionados, com o posterior registro naquele documento das considerações resultantes das análises, consideradas as informações estatísticas colhidas na Divisão de Estatística da Corregedoria ou prestadas pela Secretaria Judicial do Órgão, compondo, todas, o presente relatório correcional.

**1. CORPO FUNCIONAL.**

**1.1 JUIZ DE DIREITO TITULAR:**

Dra. Janaína Araújo de Carvalho, Juíza de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim desde 02/12/2009 (No período correcional respondia o Dr. Rodrigo Otávio Terças, Juiz de Direito Substituto, em razão de licença-maternidade da titular).

**1.2 SERVIDORES**

**1.2.1 SECRETÁRIO JUDICIAL TITULAR:**

Moacir Oliveira Borges Júnior.

**1.2.2 SECRETÁRIO JUDICIAL SUBSTITUTO:**

Jaciary Diniz Ferreira – (Técnica Judiciária e Conciliadora).

**1.2.3 ASSESSOR JUDICIAL:**

Letícia da Costa Jorge.

**1.2.4 ANALISTA JUDICIÁRIO (Direito):**

André Luís Matias Pederneiras Ribeiro

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**1.2.5 TÉCNICO JUDICIÁRIO (Apoio Técnico Administrativo):**

Eduardo Ruskyne Abreu Fonseca;

José Neves Costa Viana;

Jaciary Diniz Ferreira.

**1.2.6 OFICIAIS DE JUSTIÇA:**

Mayana Cristine Caldas Moreira;

Júlio César de Sousa Melo.

**1.2.7 AUXILIAR JUDICIÁRIO:**

Arnaldo Oliveira Costa;

Reygianny Campelo Lima Correa;

Suelma Nivea Rego Araújo Soares.

**1.2.8 COMISSÁRIO DE JUSTIÇA:**

Não possui.

**1.2.9 ESTAGIÁRIOS:**

Não possui.

**1.2.10 AUXILIARES – ÓRGÃO:**

Adelzira Silva de Oliveira (Secretaria do Juizado – Prefeitura de Itapecuru-Mirim).

**2. DADOS DO JUIZ.**

**2.1 EXERCÍCIO CUMULATIVO:**

Não possui.

**2.2**<span style="font-family: "Times New Roman"; font-style: normal; font-variant: normal; font-weight: normal; line-height: normal; font-size-adjust: none; font-stretch: normal;"> **TEMPO NA MAGISTRATURA:**

09 (nove) anos e 03 (três) meses.

**2.3**<span style="font-family: "Times New Roman"; font-style: normal; font-variant: normal; font-weight: normal; line-height: normal; font-size-adjust: none; font-stretch: normal;"> **TEMPO NA COMARCA:**

01 (um) ano e 03 (três) meses.

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2.4 **FUNÇÕES CUMULADAS:**

Não possui.

2.5 O (A) MAGISTRADO (A) EXERCE FUNÇÃO DE MAGISTÉRIO:

Não.

2.6 O (A) MAGISTRADO (A) POSSUI RESIDÊNCIA NA COMARCA?

Sim.

3. DADOS DA VARA.

3.1 CONDIÇÕES FÍSICAS DA VARA:

3.1.2 LOCAL:

Fórum Desembargador Raimundo Públio Bandeira de Melo.

3.1.3 SITUAÇÃO DO IMÓVEL:

Imóvel próprio.

3.1.4 ESTRUTURA FÍSICA:

Boa (atualmente em reforma).

3.1.5 MOBILIÁRIO:

Insuficiente (aguarda o recebimento após o término da reforma).

3.1.6 EQUIPAMENTOS À DISPOSIÇÃO:

Regular.

4. DADOS DO PROMOTOR DE JUSTIÇA E DEFENSOR PÚBLICO.

4.1 PROMOTOR (A) DE JUSTIÇA:

Michelle Adriane Saraiva Silva.

4.2 DEFENSOR (A) PÚBLICO (A):

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Não possui.

**5. DADOS DO JUÍZO.**

**5.1 COMPETÊNCIA DO JUÍZO:**

Cível, Comércio, Crime, Registros Públicos, Fundações, Provedorias, Execução Penal. Correições de Presídios. *Habeas Corpus* (Art. 13, inciso II, CDOJ).

**5.2 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS DO ANO DE 2010:**

2.459 processos (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

2.096 processos (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.3 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS DO ANO DE 2011:**

2.459 processos em janeiro de 2011 (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

1.678 processos na data da correição (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.4 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS PROLATADAS NO ANO DE 2010:**

840 sentenças (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

937 sentenças (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.5 NÚMERO TOTAL DE SENTENÇAS PROLATADAS NO ANO DE 2011:**

42 sentenças até janeiro (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

116 sentenças até a data da correição (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.6 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS COM VISTAS AO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

38

**5.7 NÚMERO TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS EM ANDAMENTO:**

26

**5.8 NÚMERO TOTAL DE CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS EM ANDAMENTO:**

32

**5.9 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS COM RÉUS PRESOS:**

18

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**5.10 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS PARA CUMPRIR DESPACHOS:**

**195**

**5.11 NÚMERO TOTAL DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS NO ANO DE 2010:**

939 audiências (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

395 audiências (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.12 NÚMERO TOTAL DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS NO ANO DE 2011:**

02 audiências em janeiro (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

85 audiências até a data da correição (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.13 NÚMERO TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS NO ANO DE 2010:**

859 audiências (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

289 audiências (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.14 NÚMERO TOTAL DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS NO ANO DE 2011:**

0 audiências em janeiro (informações da Divisão de Estatística da CGJ/MA);

31 audiências até a data da correição (informações obtidas junto à Secretaria da Vara).

**5.15 PAUTA DE AUDIÊNCIA ESTIMADA PARA:**

08/06/2011.

**5.16 DATA DA ÚLTIMA SESSÃO DO JÚRI:**

02 de julho de 2008.

**5.17 NÚMERO DE PROCESSOS AGUARDANDO JULGAMENTO DO JÚRI:**

**03 processos.**

**5.18 NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA:**

**14 processos.**

**5.19 NÚMERO DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO:**

**124 processos.**

**5.20 DATA DA CONCLUSÃO MAIS ANTIGA:**

**12/01/2011, consoante constatado no item 10.**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**5.21 COMUNICA AO TRE AS SENTENÇAS CONDENATÓRIAS CRIMINAIS QUE TENHAM SUSPENSÃO DE DIREITOS POLÍTICOS (ART. 15 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)?**

Sim.

**5.22 O SECRETÁRIO JUDICIAL OBEDECE A EXIGÊNCIA DE LANÇAMENTO NOS AUTOS DOS ATOS MERAMENTE ORDINATÓRIOS?**

Sim, com pouca incidência.

**6. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS DO MAGISTRADO**

<b>REMESSA DE RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS À CGJ</b>					
<b>TIPO</b>	Internet	Ofício	Não Enviado	N/A	Observações/Recomendações
Relatório Mensal de Atividades – RMA	<b>X</b>				
Relatório Anual de Atividades - RAA (Res. 59/09-CNJ) – Anual	<b>X</b>				
Relatório de Prisões Provisórias (Res. 66/09-CNJ) – Trimestral			<b>X</b>		Providenciar a remessa dos dados.
<b>REMESSA DE RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS AO CNJ</b>					
<b>TIPO</b>	Internet	Ofício	Não Enviado	N/A	Observações/Recomendações
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei (Res. 77/09-CNJ) – Diária				<b>X</b>	Não tem competência.
Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (Res. 93/09-CNJ) – Diária				<b>X</b>	Não tem competência.
Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (Res. 47/08-CNJ) – mensal	<b>X</b>				
Mapa de Produtividade – mensal	<b>X</b>				
Cadastro Nacional de Adoção (Res. 54/08-CNJ) – diária				<b>X</b>	Não tem competência.
Sistema Nacional de Bens Apreendidos (Res. 63/09-CNJ) – mensal			<b>X</b>		Providenciar a remessa dos dados
Cadastro Nacional de Condenados Por Ato de Improbidade Administrativa (Res. 44/07 - CNJ) – mensal				<b>X</b>	Não tem competência.
Sistema Nacional de Interceptações telefônicas (Res. 59/09 - CNJ) - Mensal	<b>X</b>				

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**FAZ USO DO SISTEMA?**

TIPO	SIM	NÃO	Caso negativo, quais as providências adotadas?
BACENJUD 2.0 (Res. nº 61/2008 do CNJ) – Penhora on-line	X		
INFOSEG – integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização,		X	Deverá providenciar o cadastro no sistema.
RENAJUD 1.0 – possibilita consulta e envio, em tempo real, de ordens judiciais eletrônicas de restrição e de retirada de restrição de veículos automotores		X	Deverá providenciar o cadastro no sistema.

**7. LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SECRETARIAS JUDICIAIS.**

**LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SERVENTIAS CÍVEIS**

(Provimento nº 14/2009 CGJ – Art. 4º)

TIPO	DISPONIBILIDADE / CONDIÇÃO				Observações/ Recomendações
	Regular	Irregular	Não Existe	N/A	
CargaparaAdvogados		X			Folhas soltas – Encadernar.
CargaparaMinistérioPúblico		X			Folhas soltas – Encadernar.
Carga para Defensor Público			X		Não existe Defensor Público na Vara.
Ofícios Recebidos		X			Utiliza Pasta AZ – Encadernar.
Ofícios Remetidos		X			Utiliza Pasta AZ – Encadernar.
Registro de Termos de Audiências			X		Providenciar.
Registro de Sentenças		X			Usa Pasta AZ - Encadernar. Separar criminais e cíveis. Fazer constar termo de abertura e encerramento.

**LIVROS OBRIGATÓRIOS DAS SERVENTIAS CRIMINAIS**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

(Provimento nº 14/2009 CGJ – Arts. 4º e 6º)

TIPO	DISPONIBILIDADE / CONDIÇÃO				Observações/ Recomendações
	Regular	Irregular	Não Existe	N/A	
CargaparaAdvogados		X			Folhas soltas – Encadernar.
CargaparaMinistérioPúblico		X			Folhas soltas – Encadernar.
Carga para Defensor Público			X		Não existe Defensor Público na Vara.
Ofícios Recebidos		X			Utiliza Pasta AZ – Encadernar.
Ofícios Remetidos		X			Utiliza Pasta AZ – Encadernar.
Registro de Termos de Audiências			X		Providenciar.
Registro de Sentenças		X			Usa Pasta AZ - Encadernar. Separar criminais e cíveis. Fazer constar termo de abertura e encerramento.
Rol de Culpados	X				

#### 8. DADOS ESTATÍSTICOS.

2010 (Divisão de Estatística – CGJ)		2011 (Divisão de Estatística – CGJ/em janeiro)	
Acervo Processual	Processos Sentenciados	Acervo Processual	Processos Sentenciados
2459	840	2459	42

#### 9. IRREGULARIDADES CONSTATADAS E RECOMENDAÇÕES.

Em caráter geral, com o objetivo de realçar procedimentos que devem sempre ser observados em todas as Varas, e em específico, em função do que foi constatado na 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim, a Juíza Corregedora deixa as seguintes recomendações:

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**9.1 IRREGULARIDADE:**Ocorrência de processos com mandados judiciais recebidos, apenas de fato, pelos Oficiais de Justiça, vez que desprovidos de termo de recebimento, certificação acerca do cumprimento e desconsiderando o prazo legal para devolução.

**RECOMENDAÇÃO:** Observar o artigo 143, inciso III, do Código de Processo Civil, artigo 3º, inciso XIV, do Provimento nº 001/2007, assim como o artigo 306, parágrafo 2º, do Código de Normas da Corregedoria, com especial recomendação ao Secretário Judicial para que atente ao uso do ato ordinatório específico.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.2 IRREGULARIDADE:**Foi constatada a ocorrência de folhas sem numeração e rubrica.

**RECOMENDAÇÃO:**Dispensar maior atenção quanto à numeração e rubrica de folhas, conforme Código de Normas.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.3 IRREGULARIDADE:**Foram observadas certidões e conclusões desprovidas de assinatura e/ou data, e de modo recorrente nestas últimas, a ausência do nome da magistrada.

**RECOMENDAÇÃO:** Dispensar maior atenção à assinatura e datação dos expedientes. Do Termo de Conclusão deverá constar obrigatoriamente a data, o nome do juiz e a assinatura do Secretário, nos moldes do art. 114, do Código de Normas.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.4 IRREGULARIDADE:** Identificada a existência de processos no gabinete sem termo de conclusão.

**RECOMENDAÇÃO:**Sempre fazer constar nos autos o termo de conclusão ao juiz, quando houver de encaminhar o processo ao gabinete.

**PRAZO:**Imediatamente.

**9.5 IRREGULARIDADE:**Ocorrência de processos pendentes de certificação dos atos processuais.

**RECOMENDAÇÃO:** Certificar acerca do cumprimento dos atos processuais, atentando aos termos do Provimento nº. 22/2009 – CGJ.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.6 IRREGULARIDADE:**Ocorrência de processos na Secretaria Judicial aguardando há alguns meses o cumprimento de despachos e decisões, conforme demonstrado no item 10.

**RECOMENDAÇÃO:**Dar cumprimento às determinações do Juízo.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.7 IRREGULARIDADE:**Não cadastramento de todos os processos no sistema Themis PG.

**RECOMENDAÇÃO:**Cadastrar todos os processos no Sistema Themis PG.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.8 IRREGULARIDADE:**Ocorrência de processos paralisados, aguardando despacho/decisão há mais de 100 dias.

**RECOMENDAÇÃO:**Dar andamento aos feitos, conforme arts. 125, II e 262, do Código de Processo Civil.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.9 IRREGULARIDADE:**Ausência de cadastro junto à rede INFOSEG e RENAJUD do Conselho Nacional de Justiça.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RECOMENDAÇÃO:** Providenciar o cadastro junto ao CNJ e proceder à remessa dos respectivos dados.

**PRAZO:** 15 dias.

**9.10 IRREGULARIDADE:** Não há Registro de Termos de Audiências.

**RECOMENDAÇÃO:** Providenciar o competente registro, tanto dos processos cíveis como criminais.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.11 IRREGULARIDADE:** Uso de pasta AZ ou mesmo ocorrência de folhas soltas no que tange aos livros obrigatórios.

**RECOMENDAÇÃO:** Promover a encadernação, devendo o Secretário Judicial observar que as sentenças cíveis e criminais devem ser separadas, pautando-se a esse respeito no art. 108 do Código de Normas da Corregedoria.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.12 IRREGULARIDADE:** Livros obrigatórios sem termos de abertura e encerramento.

**RECOMENDAÇÃO:** Fazer constar os necessários termos de abertura e encerramento, conforme determinado no art. 107 do Código de Normas da Corregedoria.

**PRAZO:** Imediatamente.

**9.13 IRREGULARIDADE:** Servidora cedida pelo Município, realizando tarefas afetas aos serviços de secretaria (item 1.2.2).

**RECOMENDAÇÃO:** Atender aos termos do OFC-GP-172011, vez que não é permitida a presença de servidores cedidos pelo Município na secretaria.

**PRAZO:** Imediatamente.

## 10. ANÁLISE DOS PROCESSOS MAIS ANTIGOS E ALEATÓRIOS.

### 10.1 ANTIGOS

#### 10.1.1

**PROCESSO:** 51/1998

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 01/07/1998

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 157, § 2º, I E II C/C ART. 14-II E ART. 29, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X SEBASTIÃO SILVA SOUSA E JOSÉ CARLOS OLIVEIRA FERREIRA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 10/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 01/07/1998. Processo oriundo de desmembramento determinado em 12/01/1999. Acusados citados por edital. Suspensão o processo e o curso do prazo prescricional e decretada a prisão preventiva em 10/09/1997. Realizado o interrogatório e apresentada defesa pelo acusado Sebastião Silva Sousa, o processo foi então sentenciado com absolvição. Determinada em 10/03/2011 a intimação da sentença, via editalícia, com prazo de sessenta dias. No tocante ao outro acusado o processo permanece suspenso.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar decorrência do prazo editalício. No tocante ao outro acusado, diligenciar no sentido de localizar o foragido.

## 10.1.2

<p><b>PROCESSO: 59/2000</b></p> <p><b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/03/2000</b></p> <p><b>NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 129, § 1º, I, II E III, CP C/C ART. 10, § 2º, DA LEI Nº 9.437/1997)</b></p> <p><b>PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ DE RIBAMAR NUNES</b></p>
--

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:**22/06/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 30/03/2000. Sentença declarando extinta a punibilidade, exarada em 27/03/2007. Despacho em 22/06/2010 determinando a intimação do acusado via editalícia. Certidão à fl. 89 atestando que a ordem só pôde ser cumprida em 10/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar decorrência do prazo editalício, arquivando-se em seguida.

## 10.1.3

<p><b>PROCESSO: 48/1998</b></p> <p><b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/09/1998</b></p> <p><b>NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 155, CAPUT, CP)</b></p> <p><b>PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X VALDECIR SOUSA COSTA</b></p>
---

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 28/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença declarando extinta a punibilidade, exarada em 23/11/2009. Despacho em 28/02/2011 determinando o cumprimento integral da sentença, para intimação, certificação do trânsito em julgado e arquivamento.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir a ordem do juízo.

## 10.1.4

<p><b>PROCESSO: 2/2000</b></p> <p><b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 23/03/2000</b></p> <p><b>NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 10, § 1º, III, DA LEI Nº. 9.437/1997)</b></p> <p><b>PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X MARCELINO GAMA DA CONCEIÇÃO</b></p>
---

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 03/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença exarada em 14/03/2007 declarando extinta a punibilidade. Determinada através de ato ordinatório a intimação da sentença, via editalícia, com prazo de sessenta dias.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar a decorrência do prazo editalício, cumprindo-se após as determinações exaradas na parte final da sentença.

## 10.1.5

<p><b>PROCESSO: 26/1996</b></p> <p><b>DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/05/1996</b></p>
--

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X RAIMUNDO SOUSA FERREIRA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 06/12/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado, com recurso parcialmente provido, transitado em julgado em 17/01/2000. Despacho em 06/12/2010 discorrendo que como ainda não ocorreu o fenômeno da prescrição, o qual se dará em 29/11/2011, seja expedido novo mandado de prisão, devendo-se após aguardar-se a captura do preso ou alcançado aquele prazo encaminhar os autos ao Ministério Público para manifestar-se acerca da possibilidade de ocorrência da extinção da punibilidade.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir a ordem judicial.

**10.1.6**

**PROCESSO: 388/99 (111/2000)**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/01/2000**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 10, CAPUT, DA LEI Nº. 9.437/1997)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ MARIA MARTINS DA SILVA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/02/2011 (Sentença).**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 05/01/2000. Sentença exarada em 28/02/2011, julgando extinta a punibilidade.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar a decorrência do prazo do trânsito em julgado, para cumprimento das demais determinações exaradas na parte final da sentença.

**10.1.7**

**PROCESSO: 8-92.1991.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/06/1991**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 12, DA LEI Nº. 6.368/76)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ JANSEN DE ASSUNÇÃO**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 02/03/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 26/06/91. Suspenso o processo e o curso do prazo prescricional em 27/02/1997. Manifestação Ministerial em 23/11/2010, aduzindo que não se operou a prescrição, requerendo por isso a adoção de diligências para o fim de localização do acusado. Despacho em 02/03/2011, acolhendo a quota do *Parquet*.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir a ordem judicial.

**10.1.8**

**PROCESSO: 54/1995**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/02/1995**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 121, § 2º, IV, CP)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ FERNANDO CORREA DA SILVA**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO:** 21/02/2011 (Sentença).

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 05/01/2000. Sentença exarada em 21/02/2011, julgando extinta a punibilidade.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar cumprimento às determinações exaradas na parte final da sentença.

**10.1.9**

**PROCESSO:** 44/1998

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 09/09/1998

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 155, § 3º, CP)

**PARTES:** MARIA ANASTÁCIA FERREIRA X HILDENÊ BARBOSA DOS SANTOS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 21/02/2011 (Sentença).

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 08/09/1998. Sentença exarada em 21/02/2011, julgando extinta a punibilidade.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar cumprimento às determinações exaradas na parte final da sentença.

**10.1.10**

**PROCESSO:** 4/1994

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 28/01/1994

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 12, DA LEI Nº. 6.368/76)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X MARIA FRANCISCA DOS SANTOS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 1º/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado com pena já cumprida. Em decisão de fls. 121 foi declarada a extinção da pena nos termos do art. 109 da Lei de Execuções Penais e determinado o arquivamento após o trânsito em julgado.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir a decisão.

**10.1.11**

**PROCESSO:** 219/98

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 09/02/1998

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 157, § 2º, I E II, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X SAMUEL BARBOSA CHAVES

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 28/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado em 29/03/2007. Despacho em 28/02/2011 determinando a certificação do trânsito em julgado, o que fora feito à fl. 172. Conclusos em 10/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar cumprimento às determinações exaradas na parte final da sentença.

**10.1.12**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO: 4-31.1986.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/03/1986**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 121, CAPUT, CP)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ RIBAMAR LOPES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 14/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Decisão de pronúncia datada de 22/02/1994. O processo ficou paralisado entre 1999 e 2011, quando foi despachado abrindo vistas ao Ministério Público, que opinou pela intimação do acusado via editalícia, nos termos do art. 420, § único, CPP.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer conclusão dos autos para apreciação da quota ministerial.

**10.1.13**

**PROCESSO: 11-81.1990.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/11/1990**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA (ART. 129, § 1º, II, C/C ART. 29, CP)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X ANTÔNIO PEDRO DE SOUSA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 24/11/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Suspenso o processo e o curso do prazo prescricional em 14/10/1997. O processo ficou paralisado entre 1999 e 2011, quando foi despachado abrindo vistas ao Ministério Público, que opinou pelo prosseguimento do feito à luz da súmula 415, STJ. Certidão asseverando que os autos não foram conclusos em razão da presente correição.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer conclusão dos autos para apreciação da quota ministerial.

**10.1.14**

**PROCESSO: 27/1996**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/09/1996**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 12, DA LEI Nº 6.368/76)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X ÂNGELO MARQUES DA SILVA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado em 09/01/1997. Concedido livramento condicional em 10/09/1998. Parecer do Ministério Público em 31/05/1999 pela revogação do livramento condicional. O processo ficou então paralisado entre 1999 e 2011, quando foi despachado abrindo vistas ao Ministério Público, que opinou pela declaração judicial da extinção da pena, nos termos do art. 146, da Lei de Execução Penal. Certidão asseverando que os autos não foram conclusos em razão da presente correição.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer conclusão dos autos para apreciação da quota ministerial.

**10.1.15**

**PROCESSO: 44/1995**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/02/1995 (25/03/1998 – MANUAL)**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 121, § 2º, I, II, III E IV, CP)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X ANTÔNIO DA SILVA GUIMARÃES E OUTROS**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 1º/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Decisão de pronúncia exarada em 17/10/1991. O processo ficou paralisado entre 1999 e 2011. Sentença exarada em 1º/03/2011, julgando extinta a punibilidade.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar cumprimento às determinações exaradas na parte final da sentença.

**11.1.16**

**PROCESSO:** 407/2000

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 27/04/2000

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 155, § 4º, IV, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X JOÃO FRANCISCO DE SOUSA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 27/10/10.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado em 27/03/2007. Despacho em 27/10/2010, determinando a intimação da referida decisão via editalícia, com prazo de noventa dias, ante a certidão de fl. 87, que atesta a não localização do condenado. Certidão à fl. 89 atestando que foi expedido em 10/03/2011 o edital.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar o transcurso do prazo.

**10.1.17**

**PROCESSO:** 282/98

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 02/12/1998

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 12, DA LEI Nº. 6.368/76)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X RAIMUNDO NONATO COLINS LAGO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 09/11/2006 (Sentença).

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença exarada em 09/11/2006, julgando extinta a punibilidade. Certificado o trânsito em julgado.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Arquivar, considerando que o feito transitou em julgado.

**10.1.18**

**PROCESSO:** 52/1997 (455/97)

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 18/03/2005 (Nº. ANTIGO 11/09/1997)

**NATUREZA DA AÇÃO:** USUCAPIÃO

**PARTES:** JOSÉ MARQUES DA SILVA E OUTROS X LUÍS GONZAGA DE MATOS E OUTRO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 06/05/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo ainda em fase de citação, havendo ficado paralisado de 1999 a 2010. Em maio de 2010 foi determinada a intimação da parte autora a dizer do interesse no prosseguimento do feito. O mandado foi recebido pelo Oficial de Justiça em 25/08/2010, porém, até o momento não devolvido.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo com tramitação excessivamente lenta, paralisado por longos onze anos sem qualquer ato judicial. Diligenciar junto ao Oficial de Justiça quanto à devolução do mandado devidamente cumprido, valendo-se o senhor Secretário do que consta no art. 3º, XIV, do Provimento nº. 01/2007.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

## 10.1.19

**PROCESSO:** 41/1996

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 28/05/1996

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 155, § 4º, I E IV, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X VALDECI ALVES MACHADO E OUTROS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 28/02/2011 (Sentença).

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença condenatória exarada em 25/10/2000. Recurso apelatório julgado em 06/12/2001, ao qual foi dado parcial provimento para substituir as penas privativas de liberdade por restritiva de direitos. Despacho em 28/02/2011 determinando a certificação acerca de eventual cumprimento da pena pecuniária e a expedição de ofício ao hospital designado para cumprimento da pena para informação acerca da frequência dos condenados. Certificado em 10/03/2011 acerca do não pagamento e da expedição do ofício.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Considerando que o ofício foi expedido em 10/03/2011, aguarde-se resposta.

## 10.1.20

**PROCESSO:** 374/2000

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 13/10/1999

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 16 C/C ART. 18, III, DA LEI Nº 6.368/76)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X PAULO JOSÉ FERREIRA E OUTROS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 03/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença exarada em 07/11/2006, julgando extinta a punibilidade. Despacho em 23/11/2010 determinando a certificação do trânsito em julgado, com consequente arquivamento e baixa em caso positivo, reiterado em 03/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir despacho.

## 10.1.21

**PROCESSO:** 2-46.1995.8.10.0048

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 29/08/1995

**NATUREZA DA AÇÃO:** EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

**PARTES:** EMIVAL CRISÓSTOMO PEREIRA X MARCELINO CARNEIRO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 23/11/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Execução de título extrajudicial onde foi determinada a penhora de área no município de Miranda no Norte, existindo nos autos certidão expedida em 02/01/2000, pelo Cartório do Ofício Único do referido Município. Após referida certidão, os autos ficaram paralisados, sem qualquer manifestação do autor, até que o Juízo determinou a intimação do Executado para embargos. Foi certificado em 03/11/2004 o óbito do Executado, sendo acostada a respectiva certidão. Novamente os autos permaneceram paralisados sem qualquer manifestação do Autor até que este, em 27/03/2006, habilitou outro advogado que a atualização do débito, manifestação do espólio e adjudicação do bem. O Juízo remeteu à contadoria, sendo informado pela 3ª Vara, competente em sucessões, a ausência de ação de inventário em nome do executado. O Juízo despachou determinando a intimação do exequente para manifestação, entretanto, este nada alegou, estando certificado desde 22/02/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** O Autor não promoveu qualquer manifestação no processo, embora legalmente intimado. O Autor vem demonstrando esta conduta desde o início do processo, pois este silencia por longos períodos, não promovendo os atos que lhe compete. Na espécie, pode o autor provocar a abertura do inventário que se diz credor do executado/falecido. Ademais, prudente observar a certidão do Cartório de Ofício Único no que concerne ao nome do proprietário do imóvel. Fazer imediata conclusão dos autos.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

## 10.1.22

**PROCESSO: 053/1999****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/06/1999****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X EDMILSON FONSECA****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu pronunciado em 12/03/2003 e intimado em 12/05/2003. Com vistas ao MP foi proferido parecer (26/05/2006) pela intimação do réu para indicar defensor e cientificar-lhe da pronúncia. Termo de conclusão com data de 19/04/2006, seguindo sem qualquer despacho ou certidão. Processo paralisado até que o atual juiz substituto, sem prévio termo de conclusão, deferiu o pedido Ministerial.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo tramitando há mais de dez anos. Após termo de conclusão se não houver despacho do juiz, por este não ter proferido, deve o secretário judicial certificar que o processo foi devolvido sem despacho. Dar imediato cumprimento à decisão judicial.

## 10.1.23

**PROCESSO: 111/1999****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/08/1999****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOÃO FILHO DE OLIVEIRA****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 27/10/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Determinada a citação por edital do acusado este não compareceu ao ato e nem nomeou defensor. Foi suspenso a processo e o período prescricional em 18/11/2003. O processo restou suspenso. Concedida vista ao MP, manifestou-se em 10/03/2011 pela renovação do mandado de prisão.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:**Fazer imediata conclusão dos autos.

## 10.1.24

**PROCESSO: 39/1997****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 03/04/1997****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X FLÁVIO SILVA DA CONCEIÇÃO****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Proposta a suspensão condicional do processo, o réu não compareceu para cumprimento das condições impostas, sendo revogado o benefício. Apresentada alegações finais pelas partes, foi renovada a possibilidade de justificação do acusado sendo que este compareceu por duas vezes em juízo e novamente ausentou-se. Com nova vista, o MP requereu (04/09/01) o prosseguimento do feito em face de anterior pedido de revogação. O processo ficou paralisado desde então até que em 10/02/2011 o Juízo concedeu vista ao MP que se manifestou pela prescrição.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer imediata conclusão dos autos.

## 10.1.25

**PROCESSO: 45/1998****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/06/1998**

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X EDILSON COSTA SANTOS E JOSÉ RAIMUNDO CORREA DA SILVA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:**28/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença declarando extinta a punibilidade em 07/02/2007. O MP foi intimado em 28/03/2007. O primeiro acusado foi intimado, o segundo não. O processo ficou paralisado desde então até que o Juiz Substituto determinasse a intimação por edital.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo desta espécie, sentenciado há mais de quatro anos sem que fossem ultimados os atos finais, acabam congestionando a justiça, revelando números não compatíveis com a realidade. Cumprir imediatamente a determinação judicial visando dar fim ao processo.

**10.1.26**

**PROCESSO: 63/1998**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/11/1998**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X FÁBIO SOUSA SILVA, ANTONIO FARAIZO RODRIGUES, FRANCISCO FERREIRA COSTA, JOACIR LIMA BEZERRA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 15/12/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença condenatória proferida em 28/05/2001. Após condenação existem pedidos de livramento condicional, termo de comparecimento, atestado de óbito de um dos acusados, etc. O Juízo determinou que a Secretaria Judicial procedesse ao cálculo da pena, bem como oficiar a Secretaria de Segurança para informações sobre mandados expedidos.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar cumprimento imediato à determinação judicial. Utilizar INFOSEG para tentar localizar sentenciados.

**10.1.27**

**PROCESSO: 3/1979**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 17/09/1979**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X AGAMENON DA ROCHA BRITO**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 28/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu pronunciado em 23/09/1985 e foragido. Sentença de extinção de punibilidade datada de 21/05/2010. MP intimado em 09/11/2010. Determinada a intimação do réu por edital.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Expedir imediatamente a intimação do réu.

**10.1.28**

**PROCESSO: 166/2000**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/06/2005**

**NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FORÇADA**

**PARTES: C. A. OLIVEIRA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO X JOSÉ MERCÊS FERREIRA NUNES**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 02/09/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Foi requerida a suspensão do processo em virtude de pagamento parcelado voluntário (junho/2005). Posteriormente, abril/2006, requereu prosseguimento por não ter provisão de fundos o cheque dado em pagamento. O feito ficou paralisado desde então até que feita conclusão em 26/08/2010, quando foi determinada intimação do exequente para dizer de seu interesse no feito.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar quanto a não localização dos endereços. Observar que é obrigação da parte informar ao Juízo eventual mudança de endereço, podendo ser extinto o processo.

**10.1.29**

**PROCESSO:** 97-71-1998.8.10.0048

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 17/03/2005

**NATUREZA DA AÇÃO:** EXECUÇÃO

**PARTES:** BANCO DO ESTADO DO MARANHÃO X ALBÉRICO SERRA COSTA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** Fevereiro/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo tramitou até o ano de 18/02/1998 quando foi suspenso em face de impugnação. Foram opostos embargos à execução que também foi suspenso em virtude da impugnação. A impugnação aos embargos mereceu como último despacho, datado de 27/10/1999, a intimação do impugnante, quenunca foi cumprida, ficando os autos paralisados. Os autos principais foram conclusos ao atual Juiz Substituto que determinou a intimação pessoal do Autor para dizer de seu interesse no feito, pena extinção.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** O processo está paralisado há mais de dez anos. Em que pese não ter havido cumprimento de despacho nos autos da impugnação, há que se considerar que o Autor não interveio mais no feito, demonstrando seu desinteresse. Cumprir imediatamente a determinação de intimação visando impulsionar o processo.

**10.1.30**

**PROCESSO:** 414/2000

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 03/05/2000

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUA X FRANCISCO RAIMUNDO FIGUEIREDO MELO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 03/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Determinada a intimação das partes para apresentarem alegações finais.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir despacho de fl. 109, expedindo o mandado de intimação das partes e após, certificar acerca do seu cumprimento para prosseguimento do feito.

**10.1.31**

**PROCESSO:** 46/1997

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 02/10/1997

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL PÚBLICA

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X JOSÉ TEIXEIRA DOS SANTOS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 25/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu foragido. Decretada a prisão preventiva do acusado. Oficiadas as autoridades policiais e determinada vistas ao MP. Processo com

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

tramitação suspensa.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Aguardar até que se tenham notícias do paradeiro do réu.

**10.1.32**

**PROCESSO: 03/1981**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/06/1981**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X ANTÔNIO REGO ROSA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu pronunciado e foragido. Decretada a prisão preventiva do acusado. Oficiadas as autoridades policiais e determinada vistas ao MP. Processo com tramitação suspensa.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Aguardar até que se tenham notícias do paradeiro do réu.

**10.1.33**

**PROCESSO: 54/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/06/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X JANCIVALDO DA SILVA VIEIRA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 21/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Determinada vista ao MP.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Verificar a possibilidade de extinção da punibilidade. Processo em ordem.

**10.1.34**

**PROCESSO: 10/1995**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/11/1995**

**NATUREZA DA AÇÃO: MEDIDA CAUTELAR PREPARATÓRIA DE BUSCA E APREENSÃO**

**PARTES: SADIK FERREIRA MACHADO X CÉLIA DE TAL.**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 01/03/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Certificado o trânsito em julgado da sentença.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Arquivar os autos com baixa definitiva no sistema.

**10.1.35**

**PROCESSO: 29/1996**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/05/1996**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X JOSÉ DOMINGOS**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 22/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu foragido. Decretada a prisão preventiva do acusado. Oficiadas as autoridades policiais e determinada vistas ao MP. Processo com tramitação suspensa.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Aguardar até que se tenham notícias do paradeiro do réu.

**10.1.36**

**PROCESSO: 219/1983**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/02/1983**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X JOSÉ RIBAMAR ARAGÃO MORENO**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 24/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu sentenciado e foragido. Decretada a prisão do réu. Oficiadas as autoridades policiais e determinada vistas ao MP. Processo com tramitação suspensa.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Aguardar até que se tenham notícias do paradeiro do réu.

**10.1.37**

**PROCESSO: 59/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 05/10/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Prolatada sentença em 24/11/2009. Determinada a expedição de mandado de intimação do réu para tomar conhecimento do teor da sentença proferida. Expedido mandado conforme certidão de fls. 107.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Entregar o retro mencionado mandado ao Oficial de Justiça para o seu cumprimento. Após, certificar o trânsito em julgado da sentença proferida.

**10.1.38**

**PROCESSO: 1-42.1987.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/03/1987**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X ANTONIO RODRIGUES DA SILVA E OUTROS**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/02/2011.**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado. Julgada extinta a punibilidade dos denunciados em razão da prescrição da pretensão punitiva.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Intimar as partes para tomar ciência da sentença prolatada. Após, certificar o trânsito em julgado a fim de proceder ao arquivamento dos autos com baixa definitiva no sistema.

## 10.1.39

**PROCESSO:** 16/2008 – 98/1995 - 601/1994

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 05/12/2008

**NATUREZA DA AÇÃO:** PEDIDO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL

**PARTES:** JOSÉ DOMINGOS DE SOUSA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 28/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Pedido deferido pelo Juízo com a estipulação de determinadas condições, dentre as quais a apresentação do réu ao Hospital Nina Rodrigues a fim de submeter-se a exame de sanidade mental a ser realizado por médico daquela instituição e encaminhado o consequente relatório ao Juízo solicitante. Oficiada a direção do estabelecimento medico retro mencionado a fim de obter informações acerca da efetiva realização da perícia, em 11/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Aguardar informações solicitadas.

## 10.1.40

**PROCESSO:** 02/1999

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 19/03/1999

**NATUREZA DA AÇÃO:** ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS

**PARTES:** RISALVA OLIVEIRA SARAIVA RODRIGUES X SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS E BANCO DO BRASIL.

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 21/09/2007.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo Sentenciado. Opostos embargos de declaração que foram julgados procedentes, reformando a sentença tão-somente que diz respeito à exclusão de responsabilidade do banco demandado, mantendo a sentença na íntegra. Expedidas cartas de Intimação às partes da retro mencionada sentença.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar nos autos o cumprimento da aludida intimação. Após, certificar o trânsito em julgado da sentença e fazer conclusão a MM. Juíza.

## 10.1.41

**PROCESSO:** 1234/2000

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 16/03/2000

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO MONITÓRIA

**PARTES:** JOSÉ RIBAMAR FERREIRA ARAÚJO X LUIZ ALBUQUERQUE BONFIM

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 25/08/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Designada audiência, esta não pôde ser realizada em razão do requerente ter comparecido desacompanhado de advogado, bem assim em razão da ausência do requerido, apesar de devidamente intimados, conforme certidão de fl. 134, datada de 24/11/2004. Em 25/08/2010, considerando a paralisação dos autos em razão da inércia das partes, o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos a MM. Juíza.

## 10.1.42

**PROCESSO:** 1461/1988

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 10/05/1988

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO DE EXECUÇÃO

**PARTES:** BANCO DO NORDESTE DO BRASIL X DIAS AGROPECUÁRIA COM. REPRES. LTDA E FERNANDO WELLINGTON FERREIRA COSTA.

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 27/10/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Realizada perícia contábil. Determinada a intimação das partes para se manifestarem acerca do laudo pericial em 02/08/2010. Expedido mandado de intimação das partes. Recebido o mandado pelo Oficial de Justiça em 11/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento do mandado. Após, certificar o decurso do prazo manifestação, fazendo a conclusão dos autos ao MM. Juiz para prosseguimento do feito.

## 10.1.43

**PROCESSO:** 80/1998

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 02/04/1998

**NATUREZA DA AÇÃO:** EXECUÇÃO DE SENTENÇA

**PARTES:** FRANCISCO DAS CHAGAS DE ASSIS FILHO X MARIA DA NATIVIDADE ARAUJO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 01/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Autos sem movimentação pelas partes desde setembro de 1999, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos a MM. Juíza.

## 10.1.44

**PROCESSO:** 135/1999

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 08/06/1999

**NATUREZA DA AÇÃO:** EXECUÇÃO FORÇADA

**PARTES:** BANCO DO BRASIL X JORGE HENRIQUE BARBOSA CARVALHO E OUTROS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 01/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Autos sem movimentação pelas partes desde 02/09/2003, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos ao MM. Juiz.

## 10.1.45

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO: 4-74.1999.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/03/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FORÇADA**

**PARTES: BANCO DO BRASIL S/A x HUDSON MELO NUNES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/12/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo suspenso em 22/03/2000 em razão de solicitação da parte autora. Em 20/02/2001, o MM. Juiz determinou a intimação do exequente para manifestar-se sobre o seu interesse no prosseguimento do feito. Exequente apresentou manifestação à fl. 40, no sentido da manutenção da suspensão até ulterior manifestação das partes, o que foi deferido. Em 2004, novamente o Juízo determina a manifestação do autor. Em 2010, MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo, uma vez que os autos continuam paralisados. Mandado expedido e cumprido com a finalidade atingida.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o decurso do prazo sem manifestação do exequente, embora devidamente intimado conforme certidão de fl. 57. Certificar o cumprimento do mandado de fl. 58. Após, certificar o decurso do prazo de manifestação do executado, fazendo conclusão dos autos ao MM. Juiz.

**10.1.46**

**PROCESSO: 839/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/03/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: MONITÓRIA**

**PARTES: BANCO DO BRASIL S/A x HUDSON MELO NUNES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 13/01/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Homologado o pedido de desistência do requerente conforme sentença de fl. 98, que também determinou o desentranhamento dos documentos originais que instruíram a inicial em razão do requerimento do autor. Oficiado o autor para receber os documentos originais requeridos.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o recebimento do ofício retro mencionado. Dar cumprimento ao despacho de fl. 104.

**10.1.47**

**PROCESSO: 136/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/03/2005**

**NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FORÇADA**

**PARTES: BANCO DO BRASIL S/A x HUDSON MELO NUNES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Homologado o pedido de desistência do requerente, conforme sentença de fl. 122, que também deferiu o pleito do advogado do executado no sentido da expedição de mandado de intimação, penhora e avaliação relativa à verba honorária. Depositada a verba honorária requerida. Expedido Alvará para levantamento da quantia. O advogado após receber a aludida verba apresentou requerimento de condenação do executado ao pagamento de honorários relativos à execução formulada às fls. 114-116, o que foi deferido pelo juízo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação de fls. 142. Após, certificar o decurso do prazo, fazendo a conclusão dos autos ao MM. Juiz.

**10.1.48**

**PROCESSO: 63/1997**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/03/2005**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FORÇADA**

**PARTES: FRANCISCO CARLOS MENDES X LOURIVAL CARVALHO GOMES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 13/01/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Autos sem movimentação pelas partes desde julho de 1998, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos a MM. Juíza.

**10.1.49**

**PROCESSO: 137/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 01/09/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: EXECUÇÃO FORÇADA**

**PARTES: BANCO DO BRASIL S/A x ANTONIO DE JESUS RODRIGUES**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/12/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo suspenso em razão de solicitação da parte autora desde 2003, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos a MM. Juíza.

**10.1.50**

**PROCESSO: 206-51.1999.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/05/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE POSSE**

**PARTES: JOSÉ RAIMUNDO MARQUES X MARIA DE NOEL**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Autos sem movimentação relevante pelas partes desde 2003, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos a MM. Juíza.

**10.2 ALEATÓRIOS**

**10.2.1**

**PROCESSO: 1122-02.2010.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 22/09/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 33, CAPUT, DA LEI Nº 11.343/2006)**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X MARCIO MONTEIRO DA CONCEIÇÃO**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 22/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia apresentada em 03/11/2010. Nomeado defensor dativo ao acusado em 31/01/2011. Decisão em 22/02/2011 relaxando a prisão. Certidão sem assinatura. Folhas sem numeração e rubrica.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Proceder ao cumprimento do disposto no despacho datado de 31/01/2011. Assinar todos os atos. Numerar e rubricar folhas. Como a prisão foi relaxada, proceder à retirada da etiqueta de réu preso.

#### 10.2.2

**PROCESSO:** 1109-03.2010.8.10.0048

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 20/09/2010

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 157, §§ 1º E 2º, I E II, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X FRANCISCO DE SOUSA QUARESMA E OUTRA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 24/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Decisão em 24/02/2011 relaxando a prisão do acusado Francisco de Sousa Quaresma, nomeando-lhe defensor e determinando à secretaria que certifique acerca da citação do acusado José Fernando da Silva Oliveira. Certidão sem assinatura. Folhas sem numeração e rubrica.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Proceder ao cumprimento do disposto no despacho datado de 24/02/2011. Assinar todos os atos. Numerar e rubricar folhas.

#### 10.2.3

**PROCESSO:** 285/2001

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 02/08/2001

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 155, CAPUT, CP)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X ISAÍAS TÉCIO DOS SANTOS SOUSA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 13/01/2006.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença exarada em 13/01/2006, declarando a extinção da punibilidade. Carta precatória expedida ao Juízo de Vargem Grande para intimação acerca da sentença, ainda não devolvida. Processo paralisado desde 2006.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Diligenciar quanto à devolução da precatória e cumprimento da parte final da sentença.

#### 10.2.4

**PROCESSO:** 1364-58.2010.8.10.0048

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 19/11/2010

**NATUREZA DA AÇÃO:** COBRANÇA

**PARTES:** PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A X MARRECA COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA E OUTROS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 29/11/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Despacho datado de 29/11/2010 determinando a citação. Ocorrência de termos sem assinatura. Folhas sem numeração e rubrica.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Proceder ao cumprimento do despacho. Assinar todos os atos. Numerar e rubricar folhas.

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

10.2.5

**PROCESSO: 753/2007****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 13/06/2007****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 129, § 1º, II, CP)****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X CLEOMAR TEIXEIRA****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 31/01/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 14/06/2007. Designada em 21/08/2007 audiência para produção de prova testemunhal, por diversas redesignada, sendo-o novamente em despacho datado de 31/01/2011, para o dia 24/03/2011. Termo de recebimento pelo Oficial de Justiça sem data e assinatura.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Ao Oficial de Justiça para datar e assinar todos os expedientes.

10.2.6

**PROCESSO: 393-73.2010.8.10.0048****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/04/2010****NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS****PARTES: MARIA DAS GRAÇAS DA CONCEIÇÃO DE SOUZA X BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 17/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Após a apresentação da réplica em 30/09/2010, os autos ficarão paralisados até 17/02/2011, quando foi designada audiência para 31/03/2011. Ocorrência de termo de conclusão sem assinatura e sem indicação do nome do juiz. **RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Diligenciar quanto à marcha processual, visto o tempo de paralisação dos autos. Indicar o nome do magistrado no termo de conclusão, bem como assinar todos os expedientes.

10.2.7

**PROCESSO: 2274/2008****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26/11/2008****NATUREZA DA AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE PROFISSÃO****PARTES: MARTINHA CONCEIÇÃO MORAIS X NELSON MORAIS****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/12/2009.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Realizada audiência de justificação, na qual foi aberto prazo para apresentação de testemunhas. Despacho em 10/12/2009 determinando à parte autora que apresentasse, no prazo de 48 horas, as testemunhas. Embora intimada pessoalmente e por seu advogado em 04/01/2010, a parte autora ficou-se inerte.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer imediata conclusão.

10.2.8

**PROCESSO: 28/2009****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/01/2009****NATUREZA DA AÇÃO: COBRANÇA****PARTES: CLEDTON FERNANDO PEREIRA SILVA X PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

GERAIS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 16/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Inicialmente designada audiência de conciliação para 21/01/2010, contudo, não realizada por nulidade da citação postal. Audiência redesignada para 05/04/2011. Ocorrência de termo de conclusão sem assinatura e sem indicação do nome do juiz.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Indicar o nome do magistrado no termo de conclusão, bem como assinar todos os expedientes.

**10.2.9**

**PROCESSO:** 35/2007

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 03/09/2007

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL (ART. 16, DA LEI Nº 11.340/2006)

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X LUIS BORGES DA SILVA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 31/01/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 10/09/2007. Realizado o interrogatório do acusado e designada audiência para inquirição de testemunhas, a vítima não ter interesse no prosseguimento do feito, ao que o Ministério Público anuiu tomando a manifestação da vítima como retratação. Em decisão datada de 31/01/2011 o magistrado entendeu descabido o reconhecimento da retratação da ofendida e determinou o prosseguimento do feito com a designação de audiência para 05/04/2011. Ocorrência de certidões e termos sem assinatura.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Assinar todos os expedientes.

**10.2.10**

**PROCESSO:** 280/2008

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 12/11/2008

**NATUREZA DA AÇÃO:** INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

**PARTES:** ELZA FERNANDES CARNEIRO X BANCO BRADESCO S/A

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 02/09/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença proferida em audiência na data de 02/09/2010 homologando o acordo encetado pelas partes. Apresentada contestação.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Considerando que o processo já recebeu sentença, arquivar com as necessárias cautelas legais e consequente baixa no sistema.

**10.2.11**

**PROCESSO:** 9000824-51.2010.8.10.0048 (JUIZADO ESPECIAL)

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 23/11/2010

**NATUREZA DA AÇÃO:** OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANO MORAL

**PARTES:** MARIA IVANILDE BEZERRA DE JESUS X BANCO PANAMERICANO S/A

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 14/02/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Designada audiência una de conciliação, instrução e julgamento, que não se realizou ante a argumentação do advogado da requerente de que fora convocado para audiência uma e não para conciliação apenas, motivo pelo qual a conciliadora fez conclusão dos autos. Ocorrência de certidões e termos sem assinatura.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer conclusão dos autos. Assinar todos os atos, valendo-se inclusive do que dispõe o Provimento nº 22/2009 – CGJ.

## 10.2.12

**PROCESSO:** 9000652-12.2010.8.10.00 (JUIZADO ESPECIAL)  
**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 02/09/2010  
**NATUREZA DA AÇÃO:** INDENIZAÇÃO C/C DANOS MATERIAIS E MORAIS  
**PARTES:** JULIO MARTINS X BANCO BRADESCO

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 29/11/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo sentenciado em 29/03/2010 julgando procedente o pedido. Certificado o trânsito em julgado, a parte executou a sentença. Conclusos em 16/03/2011. Petição pelo requerido ainda não juntada aos autos, comunicando o pagamento.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer juntada da referida petição e concluir ao juízo.

## 10.2.13

**PROCESSO:** 99/2006 (APENSO Nº 1401/2006)  
**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 14/09/2006 (05/10/2006)  
**NATUREZA DA AÇÃO:** REINTEGRAÇÃO DE POSSE (MANUTENÇÃO DE POSSE)  
**PARTES:** ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA DOS PRETOS X MANOEL DA ROCHA GODINHO (MANUEL DA ROCHA GODINHO E OUTRA X RAIMUNDO ELESBÃO DA CONCEIÇÃO E OUTROS)

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 27/11/2008 (09/09/2010).

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Na ação de reintegração de posse nada mais foi realizado após o oferecimento da réplica e cumprimento do mandado reintegratório, encontrando-se paralisada desde 2008. Conclusos em 04/03/2011. Na ação de manutenção de posse após audiência de justificação prévia foi indeferido o pedido de liminar. Apresentada contestação em 31/01/2007 e admitido o INCRA como assistente em 15/02/2007, com determinação à parte autora para atender ao disposto no art. 326, CPC. Despacho em 09/09/2010 determinando que fosse certificado o não oferecimento da contestação, seguindo-se conclusão para audiência. Certidão atestando que não foi apresentada contestação. Conclusos em 04/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processos com tramitação excessivamente lenta, atentar para o impulso dos feitos.

## 10.2.14

**PROCESSO:** 2140/2008  
**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 03/11/2008  
**NATUREZA DA AÇÃO:** BUSCA E APREENSÃO  
**PARTES:** CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA X DANIEL CAMPELO GOMES

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 25/05/2009.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Deferida liminar em 25/05/2009, cujo mandado foi cumprido somente em janeiro de 2010, portanto, sete meses depois, encontrando-se paralisado desde então. Conclusos em 10/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Faz-se imprescindível recomendar ao Sr. Oficial de Justiça que empregue maior zelo no cumprimento dos mandados, vez que recebeu expedientes em 04/06/2009 e só os devolveu em janeiro de 2010.

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

10.2.15

**PROCESSO: 924/2007****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/07/2007****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO CIVIL POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X GERSON FERNANDES BEZERRA FILHO****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 03/04/2008.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Despacho em 10/07/2007 determinando a citação do requerido. Apresentada contestação em 14/08/2007. Parecer do Ministério Público requerendo que o feito seja chamado à ordem para fim de observância do disposto no art. 17, § 7º e seguintes, da Lei nº 8.429/92. O processo permanece paralisado desde 2008. Conclusos em 31/01/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Despachar com a máxima urgência, dado o expressivo período de paralisação do feito.

10.2.16

**PROCESSO: 2.375/2008****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 12/12/2008****NATUREZA DA AÇÃO: RESTAURAÇÃO DE REGISTRO PÚBLICO****PARTES: RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 13/05/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Dadas vistas ao Ministério Público foi requerida a expedição de ofícios à Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado solicitando prontuário do requerente. Em despacho de fl. 19, datado de 13/05/2010, foi determinada a reiteração do ofício, o qual foi devolvido com a informação de não procurado. Conclusos em 12/01/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Despachar com a máxima urgência, dado o expressivo período de paralisação do feito.

10.2.17

**PROCESSO: 1354-14.2010.8.10.0048****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/11/2010****NATUREZA DA AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE IMÓVEIS****PARTES: EVILÁSIO PEREIRA MARTINS****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 25/11/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Abertas vistas ao Ministério Público, opinou-se pelo acolhimento do pleito. Conclusos em 23/02/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Sentenciar.

10.2.18

**PROCESSO: 12/2007****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 29/03/2007****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL (ART. 121, CAPUT, C/C ART. 14, II, CP)****PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 24/11/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Denúncia recebida em 29/03/2007. Deferida liberdade provisória em 18/12/2007. Apresentadas alegações finais. Conclusos em 09/02/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Proferir decisão.

**10.2.19**

**PROCESSO:** 160/2005 – JE

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 26/07/2005

**NATUREZA DA AÇÃO:** REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS

**PARTES:** ANDREY FERREIRA MONTEIRO X SERASA S/A

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 25/04/2006.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença julgando parcialmente o pedido. Trânsito em julgado ocorrido em 14/06/2006. Execução da sentença juntada em 14/06/2006. Autos conclusos em 05/07/2006 e devolvido sem despacho. Expedida carta precatória para intimação do requerido, sem cumprimento desde 2006.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo paralisado em secretaria desde a expedição da precatória. Fazer imediata conclusão para prosseguimento da demanda.

**10.2.20**

**PROCESSO:** 1164/1997

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 15/08/2007

**NATUREZA DA AÇÃO:** INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS

**PARTES:** MARIA DOS REMÉDIOS PEREIRA DOS SANTOS X COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 15/09/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Contestação apresentada por *fax* em 05/11/2007 e em 08/11/2007, apresentada original. Processo conclusos nas datas 17/01/2008, 18/04/2008, 07/05/2008, sem que fosse proferido qualquer despacho. O processo permaneceu em secretaria, sem qualquer movimentação, até que o Autor requereu o andamento feito em 23/07/2010. Sem termo de conclusão, o Juízo despachou em 15/09/2010, para apresentação de réplica, bem como necessidade de produção de provas em audiência. Mandado expedido em 03/03/2011 e entregue a oficial de justiça em 15/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Deve o oficial de justiça cumprir com rapidez referido mandado uma vez que a morosidade deste processo se deve à inércia do Juízo. Observar a utilização dos atos ordinatórios. Dos processos em gabinete deve constar necessariamente o termo de conclusão.

**10.2.21**

**PROCESSO:** 63/2000

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 18/07/2000

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO PENAL

**PARTES:** MINISTÉRIO PÚBLICO X FRANCISCO NICACIO DUTRA DOS SANTOS

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 27/10/2010.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença declarando extinta a punibilidade, proferida em 03/04/2007. Intimado o MP em 26/04/2007. Acusado não localizado para intimação com certidão nos autos datada de 25/06/2007. Desde então o processo ficou paralisado, feita a conclusão somente em 27/10/2010, quando foi determinada a intimação por edital.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Despacho proferido há mais de quatro meses sem cumprimento. Expedir imediatamente o edital de intimação eis que proferida sentença há quase quatro anos, o réu ou seu defensor não foram intimados, causando acúmulo desnecessário no acervo processual da vara.

## 10.2.22

**PROCESSO: 24/2002**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/08/2002**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X JOSÉ DE RIBAMAR GONÇALVES OLIVEIRA E ELIAS CARLOS OLIVEIRA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Iniciada a instrução foi observada a ausência de testemunhas de defesa. O Juízo concedeu prazo para a defesa apresentar rol, sendo o mandado recebido pelo oficial de justiça em 11/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo tramitando há mais de oito anos. Aguardar cumprimento de mandado, devendo o secretário ficar atento ao prazo para cumprimento e cobrar em caso de excesso.

## 10.2.23

**PROCESSO: 49/2002**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 30/07/2002**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X LIDIOMAR ALVES FREIRE E RAIMUNDO CÉSAR NONATO DOS SANTOS**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/12/2009.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Instrução concluída, apresentada alegações finais do MP em 18/05/2007. Intimado por três vezes, o defensor nomeado não apresentou defesa aos acusados. Mandado no rosto do processo aguardando juntada desde janeiro/2011. Processo paralisado em secretaria.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Providenciar a imediata juntada do mandado. Certificar após decurso de prazo e em seguida fazer imediata conclusão.

## 10.2.24

**PROCESSO: 1484/2009**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X MARCELINO ALVES PEDROSA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Instrução concluída. Processo pendente de laudo pericial a ser remetido pelo ICRIM. Réu posto em liberdade em face da demora na remessa do laudo. Determinada expedição de ofício ao ICRIM para remessa do laudo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Aguardar prazo de resposta do laudo. Decorrido o prazo com ou sem resposta, fazer imediata conclusão.

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

## 10.2.25

**PROCESSO: 007/1991**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/05/1991**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X RAIMUNDO NONATO PEREIRA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu pronunciado em 25/05/1995 e foragido. Processo paralisado desde então. Em face da reforma processual foi determinada vista ao MP que se manifestou pela intimação do réu por edital. Termo de conclusão datado de 16/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar continuidade ao feito com intimação do réu por edital, ultimando com a realização do júri.

## 10.2.26

**PROCESSO: 367/99**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/07/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X RICARDO TAL**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 27/10/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sem cadastro no Themis PG. Citado por edital, o réu não foi localizado e não nomeou defensor, sendo suspenso o processo conforme art. 366 CPP e expedido mandado de prisão preventiva em março/2000. O processo está suspenso há mais de dez anos. Com vista ao MP em outubro/2010, manifestou-se requerendo a certificação quanto à expedição de mandado de prisão ao acusado e nova vista (03/03/2011). Termo de conclusão datado de 16/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cadastrar no Themis PG. Em face do decurso temporal, expedir novo mandado de prisão. Certificar a esse respeito e renovar vista ao MP.

## 10.2.27

**PROCESSO: 955/2001**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 14/11/2000**

**NATUREZA DA AÇÃO: RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA**

**PARTES: MARIA JOSÉ DAS NEVES OLIVEIRA MARTINS X JOSÉ MELQUIADES TRINDADE**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 28/11/2000.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sem cadastro no Themis PG. O então juiz da 2ª Vara declarou-se suspeito para processar e julgar o feito. Remetido à distribuição, foi o processo encaminhado a 3ª Vara em maio/2001. O Juízo da 3ª Vara não proferiu qualquer despacho. Consta certidão onde está consignado que de acordo com a Portaria/2005/GDF o Juízo remetia o processo à distribuição. Não consta nos autos referida portaria. Certidão da Distribuição informa remessa dos autos à secretaria competente. Termo de conclusão datado de 31/01/2011. Certidão informando sobre a redistribuição. Sem conclusão seguinte. Processo no gabinete.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Colocar carimbo de conclusão quando da remessa ao gabinete. Em face da morosidade, nunca foi estabelecida a relação processual, desse modo, prudente seria intimar a autora para dizer de seu interesse na demanda.

## 10.2.28

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO: 12/2010**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/01/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO X FRANÇA WELLINGTON FONSECA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 25/01/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Determinada a citação para oferecer defesa escrita, foi o réu regularmente citado em 16/12/2010 e não apresentou defesa, que foi certificado nos autos. Termo de conclusão com data de 15/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar prosseguimento ao feito.

**10.2.29**

**PROCESSO: 969/2007**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 09/07/2007**

**NATUREZA DA AÇÃO: REGISTRO PÚBLICO – ANULATÓRIA DE ATO**

**PARTES: JOÃO DAMASCENO RODRIGUES SOUSA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 22/04/2010.**

**SITUAÇÃO ATUAL:** Por determinação do Juízo, houve emenda da inicial para indicar o pólo passivo. Determinada a citação, a requerida não foi localizada no endereço fornecido pelo autor, conforme certidão nos autos.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar acerca da ausência de resposta e fazer imediata conclusão, considerando que referido feito está com tramitação bastante lenta.

**10.2.30**

**PROCESSO: 084/2006**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 16/08/2006**

**NATUREZA DA AÇÃO: BANCO HONDA S/A**

**PARTES: EDMAR SOUSA X DEUSON OLIVEIRA AMORIM**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 03/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Determinada acitação da parte requerida para contestar a ação, bem como a busca e apreensão do bem objeto da lide. Mandado cumprido sem ser atingida a sua finalidade, conforme certidão de fl. 30. O autor interpõe petição solicitando a expedição de ofícios às instituições Receita Federal, DETRAN e empresas de telefonia a fim de obter o endereço atualizado do requerido, o que foi indeferido pelo juízo em razão de ser da parte autora o ônus de indicar o endereço do requerido. Concedido o prazo de 10 (dez) dias para o autor informar o endereço do demandado sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem. Cumprir despacho de fl. 45.

**10.2.31**

**PROCESSO: 1332/2000**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/09/2000**

**NATUREZA DA AÇÃO: MONITÓRIA**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PARTES: COMÉRCIO E INDÚSTRIA LEOMAR X A. F. DE SOUZA LIMA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 03/02/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Processo com tramitação suspensa até que sejam encontrados bens livres do executado suficientes a garantir a dívida cobrada, desde 16/07/2002, razão pela qual o MM. Juiz determinou a intimação do requerente para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do processo.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar o cumprimento da intimação/decurso do prazo. Após, fazer conclusão dos autos ao MM. Juiz.

**10.2.32**

**PROCESSO: 001/2007**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/01/2007**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X CIPRIANO CASTRO MEDEIROS**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 31/01/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Recebida a denúncia em 16/04/2007. Designada audiência de interrogatório para o dia 15/05/2007. Apresentada defesa pela denunciada. Expedida carta precatória à Comarca de Anajatuba com a finalidade de inquirir testemunhas arroladas na denúncia. Cumprida a precatória. Designada para o dia 25/03/2011 audiência de instrução e julgamento.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar nos autos o cumprimento do mandado de fl. sem numeração. Numerar e rubricar todas as folhas dos autos. Processo em ordem.

**10.2.33**

**PROCESSO: 11/2000**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 08/08/2000**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X SEBASTIÃO LOURENÇO DOS SANTOS**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 27/10/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Declarada extinta a punibilidade. Expedido mandado de intimação do acusado para conhecer o teor da sentença. Mandado cumprido sem atingir a finalidade em razão da não localização do acusado. Determinada a intimação editalícia e após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, o arquivamento com a devida baixa, conforme despacho de fl. sem numeração.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir despacho de fl. sem numeração. Numerar e rubricar todas as folhas dos autos.

**10.2.34**

**PROCESSO: 348/1999**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 04/08/1999**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X ESMERALDO MARINHO EVERTON FILHO**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 08/11/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Declarada extinta a punibilidade. Expedido mandado de intimação do acusado para conhecer o teor da sentença. Mandado cumprido

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

sem atingir a finalidade em razão da não localização do acusado. Determinada a intimação editalícia e após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, o arquivamento com a devida baixa, conforme despacho de fl. sem numeração.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir despacho de fl. sem numeração. Numerar e rubricar todas as folhas dos autos.

**10.2.35**

**PROCESSO:** 96/2008-1272/2008

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 18/06/2008

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO CÍVEL

**PARTES:** ALZERINA CHAVES ARAÚJO X ISABEL LIMA SILVA

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 14/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Dois anos se passaram entre a inicial e a réplica da contestação. Designada audiência preliminar para o dia 05/04/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo de fácil tramitação. A morosidade implica na ineficácia da tutela final.

**10.2.36**

**PROCESSO:** 357-31.2010.8.10.0048

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 04/03/2010

**NATUREZA DA AÇÃO:** BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

**PARTES:** BANCO FINASA S/A X GILDEAN VIEIRA AROUCHE

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 17/01/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Mandado de citação, busca e apreensão cumprido sem atingir a finalidade, em razão da não localização do requerido nem do bem objeto da lide, conforme certidão de fl. 35. Despacho do MM. Juiz, datado de 17/01/2011, determinado a intimação da parte autora para se manifestar sobre a retro mencionada certidão, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir despacho de fl. 36, expedindo o mandado de intimação, certificar o decurso do prazo e após, fazer conclusão ao MM. Juiz para prosseguimento do feito.

**10.2.37**

**PROCESSO:** 036/2007- 452/2007

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 11/04/2007

**NATUREZA DA AÇÃO:** INDENIZAÇÃO PR DANOS MORAIS

**PARTES:** AGROPECUÁRIA J. R. COMÉRCIO E TRANSPORTE LTDA X CEMAR

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 15/03/2011.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** No último despacho proferido nos autos o MM. Juiz verificando que não houve a citação da requerida para compor a lide, chamou o feito à ordem e determinou a sua citação pelo correio.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir com urgência a determinação de fl. 135, uma vez que a morosidade deste processo decorre da inobservância pelo Juízo, das formalidades processuais legais.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

10.2.38

**PROCESSO: 132/2009 – 1700/2009****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 02/10/2009****NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO****PARTES: BENEDITO DE SOUSA****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 04/03/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Expedido Ofício, de ordem do MM. Juiz, ao cartório de registro civil da Comarca de Vargem Grande para prestar informações de inteiro teor do registro de nascimento do autor, na data de 16/11/2009. Em razão de não constar dos autos resposta ao mencionado Ofício, o MM. Juiz em 04/03/2011, determinou a reiteração dos termos do expediente.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Cumprir com urgência a determinação de fl. 21, uma vez que a morosidade deste processo decorre da inércia do Juízo.

10.2.39

**PROCESSO: 438-77.2010.8.10.0048****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 19/04/2010****NATUREZA DA AÇÃO: CRIME DE TRÂNSITO****PARTES: GEUCIMAR LIMA DUARTE X ESTADO DO MARANHÃO****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 06/10/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Expedida carta precatória à Comarca de São Luís com a finalidade de citar o acusado para apresentar defesa preliminar, em 06/10/2010. Aguardando a devolução da aludida precatória.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Oficiar o Juízo Deprecado solicitando o cumprimento e a devolução da retro mencionada carta.

10.2.40

**PROCESSO: 736/2004****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 20/12/2004****NATUREZA DA AÇÃO: ANULATÓRIA DE REGISTRO CIVIL****PARTES: VIVIANE GOMES NUNES X JOSÉ ALBERTO UCHOA DA SILVA E OUTRO****DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 02/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Em 06/05/2010, o MM. Juiz determinou a intimação da autora para apresentar novo endereço do réu considerando a sua não localização no endereço apresentado na inicial, determinação essa cumprida pela parte. Expedida carta precatória à Comarca de Coroatá com finalidade de citar o requerido, em 26/05/2010. Certidão acerca do cumprimento do mandado de citação em 05/11/2010. Apresentada réplica à contestação. Autos no gabinete do MM. Juiz sem o termo de conclusão.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Fazer constar termo de conclusão.

10.2.41

**PROCESSO: 206/2009 -1406/2009****DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 18/08/2009**

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

**PARTES: BENEDITO DAVID DA COSTA X UNIBANCO E EUROMAR LTDA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 15/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Em 15/02/2011 o MM. Juiz chamou o feito à ordem, recebendo o recurso inominado tão somente em seu efeito devolutivo, haja vista o atendimento a todos os pressupostos de admissibilidade, tais como, tempestividade, legitimidade recursal, tendo inclusive sido devidamente preparado. Determinou ainda na mesma data o desbloqueio da penhora *on line* realizada em favor do executado, abriu vista ao recorrido para apresentar contra-razões, após o encaminhamento dos autos à Turma Recursal para a devida apreciação.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Certificar nos autos o cumprimento das determinações retro mencionadas, especialmente no que diz respeito à efetivação do desbloqueio.

**10.2.42**

**PROCESSO: 243/2010**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 26/02/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS COM REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

**PARTES: IZABEL MARINHO X BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 22/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Sentença proferida em 27/05/2010. Requerida a execução da sentença em 14/09/2010. Determinada a penhora *on line* em 27/09/2010 com base nos cálculos oferecidos pelo autor, bloqueando quantia nas contas do executado. Intimado dessa determinação o executado não impugnou, razão pela qual o MM. Juiz determinou o levantamento da quantia pela autora mediante a expedição de alvará de fl. 108. Autos conclusos ao MM. Juiz.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Arquivar processo com as cautelas legais, procedendo à devida baixa no sistema.

**10.2.43**

**PROCESSO: 326/2010**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 25/03/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C REPETIÇÃO DO INDÉBITO**

**PARTES: JOSIANE CANTANHEDE FERREIRA X BANCO BRADESCO S/A.**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 04/08/2010.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Audiência de conciliação designada para o dia 19/05/2010, que não aconteceu em razão do não comparecimento do autor, redesignada para o dia 27/05/2010, mas não houve acordo. Interposta pela autora petição intermediária atualizando o valor do dano material. Expedida carta de intimação do requerido para manifestar-se acerca da petição retro mencionada, em 19/01/2011. Apresentada a manifestação do requerido às fls. 65/66. Autos conclusos ao MM. Juiz em 15/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem.

**10.2.44**

**PROCESSO: 297/2005**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 21/09/2005**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**

**Estado do Maranhão  
Poder Judiciário  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**EDVAN DE SOUSA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 29/01/2010.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Intimadas as partes para a audiência de proposta de suspensão condicional do processo a ser realizada no dia 27/09/2005. Certidões de fls. 41/43, no sentido do cumprimento desta intimação. Não consta dos autos informações acerca da realização desta audiência. O primeiro despacho depois de realizada esta intimação, somente se deu em 27/10/2010, oportunidade em que o MM. Juiz determinou vista ao MP, que por sua vez, manifestou-se requerendo o prosseguimento do feito na forma legal, em 15/03/2011. Autos conclusos ao MM. Juiz em 16/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo simples, de fácil tramitação, não havendo justificativa para tamanha demora. Dar imediato prosseguimento ao feito uma vez que a morosidade deste processo decorre da inércia do Juízo.

**10.2.45**

**PROCESSO:** 185/2008 – 2138/2008

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 03/11/2008

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

**PARTES:** CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA X EVA VILMA DOS SANTOS BACELAR

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 25/05/2009.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Proferida decisão liminar em 25/05/2009, determinando a busca e apreensão do bem objeto da lide, bem como a citação e intimação do requerido em 25/05/2009. Constatam certidões datadas de 20/01/2010 no sentido do não cumprimento do mandado em razão da não localização do requerido tampouco do bem vindicado. Processo concluso ao MM. Juiz em 10/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Determinar a intimação da parte autora para se manifestar sobre as retro mencionadas certidões, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção do feito.

**10.2.46**

**PROCESSO:** 1288/2006

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 20/09/2006

**NATUREZA DA AÇÃO:** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR ATO ILÍCITO

**PARTES:** MANOEL INALDO DO NASCIMENTO X CONSTRUTORA BRASILEIRA E MINERADORA LTDA E JOSÉ ROCHA SOARES

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO:** 07/05/2008.

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Em decisão datada de 19/12/2006, o MM. Juiz indefere o pedido de desistência do autor haja vista a expressa recusa deste pela parte requerida. Expedida carta precatória à Comarca de Formosa/GO com a finalidade de inquirir as testemunhas arroladas pelo requerido. Realizada no dia 25/04/2007, a audiência de inquirição das testemunhas pelo Juízo da Comarca Deprecada e juntada a estes autos a respectiva ata. Autos conclusos ao MM. Juiz em 07/05/2008, devolvidos à Secretaria sem qualquer despacho. Certidões de fl. 148, no sentido da não conclusão dos autos aos magistrados que responderam por esta Vara por razões diversas até a data de 03/03/2011, quando foram finalmente conclusos ao MM. Juiz que atualmente responde pela Vara.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo simples, de fácil tramitação, não havendo justificativa para tamanha demora uma vez que a Precatória expedida à Comarca de Formosa foi cumprida e devolvida a este Juízo. Dar imediato prosseguimento ao feito, uma vez que a morosidade deste processo decorre da inércia do Juízo.

**10.2.47**

**PROCESSO:** 1618/2009

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO:** 22/09/2009

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MORAIS**

**PARTES: JOSE ALBERTO CARNEIRO X G.V.E. ENGENHARIA LTDA**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 14/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Audiência de instrução e julgamento designada para o dia 14/02/2011, não foi realizada em razão do não comparecimento do requerido, apesar de devidamente intimado. Na oportunidade, o MM. Juiz determinou a conclusão dos autos para prolação de sentença. Autos conclusos em 14/02/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Dar prosseguimento ao feito, com a prolação de sentença.

**10.2.48**

**PROCESSO: 9000784-69.2010.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 11/11/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS**

**PARTES: LUIS ALVES PEDROZA X BANCO BGN S/A**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 07/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Realizada audiência de conciliação em 07/02/2011, sem a realização de acordo entre as partes. Ação devidamente contestada. Autos conclusos ao MM. Juiz de Direito em 07/02/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem.

**10.2.49**

**PROCESSO: 1436-45.2010.8.10.0048**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 07/12/2010**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE ATESTADO DE ÓBITO**

**PARTES: MAYSE DE SOUSA CABRAL**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 10/02/2011.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Audiência designada para o dia 29/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Processo em ordem.

**10.2.50**

**PROCESSO: 110/2000**

**DATA DA DISTRIBUIÇÃO: 28/11/2000**

**NATUREZA DA AÇÃO: AÇÃO PENAL PÚBLICA**

**PARTES: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X ANTONIO DA CONCEIÇÃO**

**DATA DO ÚLTIMO DESPACHO/ATO ORDINATÓRIO: 29/10/10.**

**SITUAÇÃO PROCESSUAL:** Réu foragido, razão pela qual o processo encontra-se paralisado desde 2002. Expedido mandado de prisão preventiva ainda no ano de

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

2001. Em 27/10/10, o MM. Juiz determinou vista ao MP que por sua vez solicitou a certificação acerca da possível prisão do acusado, em 13/03/2011, e após nova vista dos autos. Autos conclusos ao MM. Juiz em 16/03/2011.

**RECOMENDAÇÃO/OBSERVAÇÃO:** Apreciar a solicitação do MP.

#### **11. RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES DO JUÍZO.**

**11.1** - Necessidade de mesas, estantes, cadeiras adequadas ao serviço e impressoras, justificando neste último caso que há apenas uma em funcionamento na secretaria;

**11.2** – O material de expediente não é enviado em tempo hábil;

**11.3** – Número de servidores insuficiente para atender à demanda do serviço;

**11.4** – Necessidade de treinamento dos servidores quanto ao uso do Sistema Themis bem como no tocante à rotina dos serviços em secretaria, ressaltando quanto ao primeiro que a sua pouca utilização se deve ao fato do desconhecimento das suas funcionalidades.

#### **12. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS QUANTO ÀS RECLAMAÇÕES DO JUÍZO (ITEM 11).**

**11.1 e 11.2** - Encaminhamento de expediente à Divisão de Material e Patrimônio da Corregedoria Geral da Justiça para suprir a necessidade de material para a Comarca, especialmente mesas, estantes, cadeiras adequadas ao serviço, impressoras, bem como que se atente ao regular envio de material de expediente em tempo hábil ao atendimento da demanda;

**11.3** – Considerando que o quadro de servidores da Vara está completo, conforme Resolução nº. 26/2009, sugiro à Juíza Titular da referida unidade que regulamente as atribuições dos cargos de provimento efetivo do Poder Judiciário, conforme Resoluções nº. 05/2007 e 06/2007;

**11.4** – Encaminhamento de expediente à Coordenadoria de Acompanhamento e Desenvolvimento na Carreira a fim de que viabilize treinamento aos servidores da unidade quanto ao uso do Sistema Themis, bem como no tocante à rotina dos serviços em secretaria.

#### **13. ENCERRAMENTO.**

Os trabalhos foram encerrados no dia 17 de março de 2011, com a consequente confecção deste relatório, que apresenta dados sobre o corpo funcional, a tramitação dos processos, sobre a produtividade do Juízo, consignando as reclamações, reivindicações e sugestões formuladas pelo Magistrado e servidores, tecendo as devidas considerações para adoção das providências cabíveis.

Não obstante as irregularidades apontadas no item 9 deste Relatório, com estabelecimento de prazo para saná-las, entende-se que as mesmas não justificam a instauração de expediente disciplinar em face da Juíza Janaína Araújo de Carvalho, Titular da Vara, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 23 da Resolução 24/2009. Entretanto, fica assinalado o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da ciência deste relatório, para que a Magistrada informe a esta Corregedoria Geral da Justiça acerca da resolução das referidas irregularidades.

São Luís, 29 de abril de 2011.

**Estado do Maranhão**  
**Poder Judiciário**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

---

ARIANE MENDES CASTRO PINHEIRO  
JUIZ AUXILIAR DE ENTRÂNCIA FINAL  
GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES  
Matrícula 36707

Documento assinado em 29/04/2011 15:38 (ARIANE MENDES CASTRO PINHEIRO)